

ABRAÇAR E RESISTIR: PRÁTICAS ECOFEMINISTAS PARA O BEM VIVER

Data de submissão: 03/02/2025

Data de aceite: 05/03/2025

Gabriela Maria Pinho Lins Vergolino

Advogada, mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Mulheres, Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM-UFBA). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
Salvador - Bahia
<https://orcid.org/0009-0005-3073-3488>

RESUMO: Progresso e desenvolvimento são palavras caras ao capitalismo e aos processos coloniais que ainda persistem. A natureza é vista como recurso e, contrariando Nêgo Bispo¹ (2023), não devolvem à terra o que ela deu de bom grado. Neste contexto, as mulheres têm vivenciado as consequências do “progresso” diretamente em seus corpos. Este trabalho tem como objetivo geral explorar a organização de práticas feministas de resistência em prol do Bem Viver e, especificamente, pretende compreender a correlação entre

as violências cometidas contra a natureza e contra as mulheres, verificar a dinâmica e as formas de resistências femininas contra o avanço da degradação ambiental, e analisar os ecofeminismos como prática feminista em defesa da terra-corpo-território (Kab’nal, 2010). A pesquisa tem natureza exploratória e bibliográfica, a fim de aprofundar aspectos das teorias ecofeministas e sua correlação com o conceito de (re) patriarcalização. Como resultado, recomenda-se a inclusão da perspectiva de gênero, sobretudo dos ecofeminismos, quando da proposição de políticas públicas que protejam mulheres nos casos de degradação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: ecofeminismos; (re) patriarcalização; violências; mulheres; resistências.

EMBRACING AND RESISTING: ECOFEMINIST PRACTICES FOR GOOD LIVING

ABSTRACT: Progress and development are words dear to capitalism and the colonial processes that still persist. Nature is seen as a resource and, contrary to Nêgo Bispo (2023), they do not return to the earth what

¹ Antônio Bispo dos Santos. Intelectual brasileiro, líder quilombola, poeta, escritor que desenvolveu o conceito de contracolônização, era chamado pelo seu apelido.

it gave willingly. In this context, women have experienced the consequences of “progress” directly on their bodies. This work has the general objective of exploring the organization of feminist practices of resistance in favor of Good Living and, specifically, it intends to understand the correlation between violence committed against nature and against women, verify the dynamics and forms of female resistance against advancement of environmental degradation, and analyze ecofeminism as a feminist practice in defense of the earth-body-territory (Kab’nal, 2010). The research has an exploratory and bibliographical nature, in order to delve deeper into aspects of ecofeminist theory and its correlation with the concept of (re)patriarchalization. As a result, it is expected to encourage the inclusion of a gender perspective, especially ecofeminism, when proposing public policies that protect women in cases of environmental degradation.

KEYWORDS: ecofeminisms; (re)patriarchalization; violence; women; resistances.

INTRODUÇÃO

Em Junho de 2024, participei do curso de verão sobre Literatura, Humanismo e Cosmopolitismo², organizado pelo Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta, e logo na sessão de inauguração, a professora Dra. Maria da Conceição Lopes (Universidade de Coimbra - Portugal) afirmou que estávamos tentando “acomodar direitos como se fossem privilégios”. Naquele período, eu começava a me aprofundar nas teorias ecofeministas e dos feminismos comunitários das mulheres indígenas, com o objetivo de compreender as relações entre mulheres, territórios e natureza para além do essencialismo e do conceito de “Mãe Terra”. Pensava em como esses seres humanos e mais que humanos se relacionam e resistem às violências perpetradas pelo patriarcado, capitalismo, neoliberalismo e racismo.

Direitos devem ser garantidos pelo fato de serem direitos, de existirem para responder a uma demanda social, a partir da análise de um fenômeno que atinge parte de um determinado grupo de pessoas de maneira profunda. A modernidade ocidental remete a ideia de que direitos são construídos para diminuir desigualdades e garantir a paz social.

No entanto, por mais das vezes são apresentados como privilégios que podem ser perdidos ou alterados a depender dos interesses dos mais poderosos: do Estado e do Capital. Por exemplo, quando o Estado intervém num território ancestral indígena e reconhece, como um direito, a demarcação de suas terras e, posteriormente, transforma esse direito em privilégio com fundamento na necessidade de obtenção de recursos que vão beneficiar “toda a sociedade”, cria-se um espaço de tensão e suscetibilidade a diversas violências, contra o território e contra as pessoas.

Os ecofeminismos defendem que os corpos que sofrem de forma mais intensa com as violações contra a natureza e os territórios são as mulheres e crianças, através do fenômeno que será apresentado neste trabalho conhecido como (re) patriarcalização (García-Torres et al, 2023).

² Sobre o curso: <https://portal.uab.pt/noticias/iii-curso-de-verao-em-literatura-humanismo-e-cosmopolitismo/>. Acesso em: 20 Jan 2025.

Com base nesse incômodo sobre direitos sendo tratado como privilégios e sendo perdidos de maneira contínua, este trabalho apresenta, inicialmente, as conexões entre os conceitos de progresso e desenvolvimento no âmbito do sistema moderno-colonial (Segato, 2012; 2021) com as formas de violências de corpos e territórios.

No segundo momento, destaco a importância dos movimentos de mulheres organizados para combater estas violências, a partir da dinâmica e das formas de resistências femininas contra o avanço da degradação ambiental, explorando a ideia da organização de práticas feministas de resistência em prol do Bem Viver (Kab'nal, 2010).

Por fim, analiso os ecofeminismos como prática feminista em defesa da terra-corpo-território (Kab'nal, 2010), a fim de aprofundar aspectos das teorias ecofeministas e sua correlação com o conceito de (re) patriarcalização.

PROGRESSO PARA QUEM?

A gente não precisa de nenhuma moeda, não precisa de nenhuma besteira como as pessoas acham que é necessário ter uma moeda, ter poder econômico, ter armas. Isso tudo é inútil. (Ailton Krenak, 2023)³

A palavra Progresso pode ter significados diversos a depender de quem fala sobre ela. Para o mundo capitalista, progresso é ter poder econômico e bélico. No entanto, na visão de muitos povos originários, progresso é uma palavra vazia, o que existe é a interdependência entre seres humanos e mais que humanos e a valorização do ecossistema equilibrado.

No sistema capitalista e patriarcal, violências são molas propulsoras do 'progresso'. Desde a colonização, instauram-se em territórios invadidos com o argumento de que é preciso buscar novos mercados, proteger pessoas e garantir a paz. Entretanto, o dito propósito de civilização foi “a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas pela exploração inimaginável, violenta violação sexual, controle de reprodução e um horror sistemático” (Lugones, 2019, p. 360), as pessoas eram consideradas não humanas, inferiores, e por isso deveriam sucumbir ao poder do conquistador.

Os conflitos armados internacionais e as novíssimas guerras (Moura, 2005) para além de violarem normas de Direitos Humanos, causam devastação ambiental e danos irreparáveis não só para as presentes como também para as futuras gerações. Como afirma Delmy Hernández (2023, p. 60): “Existe hoje uma nova forma de apropriação dos corpos das mulheres originada em guerras não formais, no paradigma territorial e na mudança da cultura política.”

Ailton Krenak (2023) afirma que “o extrativismo é a última fronteira do capitalismo”, esta ideia é corroborada por ecofeministas como Vandana Shiva (2024). Eles argumentam que o capitalismo extrativista incute a noção de que só o sistema de monocultura em larga

3 Entrevista disponível em [Ailton Krenak: 'progresso e desenvolvimento são dois mitos'](#). Acesso em 28 Jan 2025.

escala é capaz de alimentar o planeta, no entanto, a biodiversidade a partir de fundamentos da agroecologia ou de práticas ancestrais milenares, estão demonstrando que o cuidado com os elementos naturais envolvidos no processo deve ser respeitado e nutrido, sob pena de desgaste irreversível.

A necessidade do capitalismo de obter maiores extensões de terras para monocultura e pecuária em grandes dimensões causa hostilidades e violências. Por exemplo, indígenas da etnia Guarani Kaiowá, localizados no Mato Grosso do Sul, tiveram suas terras demarcadas pelo Estado em 2011 mas, 14 anos depois, ainda estão em processo de retomada em razão das violências perpetradas por fazendeiros da região. Ao longo do último ano, denunciaram ao governo brasileiro o risco que enfrentavam em seu território, contudo, seguem em estado de crise, com perseguições de pessoas, mortes e destruição.

Em decorrência dos ataques armados no território indígena do povo Guarani, o Ministério Público Federal criou uma força-tarefa para investigação e solicitou ao Núcleo de Direitos Humanos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em parceria com a *Cardozo Law School*, faculdade de Direito da Universidade Yeshiva (EUA), parecer com a finalidade de verificar se os atos poderiam ser tipificados como crimes contra a humanidade, possibilitando o julgamento no Tribunal Penal Internacional caso haja omissão do Estado e incapacidade do Judiciário.⁴

Para além de crimes contra a humanidade, é possível vislumbrar nesses conflitos um ataque generalizado aos modos de vida comunais e, por consequência, a forma de se relacionar com a natureza. Considerar a natureza um recurso infinito à disposição dos seres humanos gera insegurança alimentar, doenças, violências. (Shiva, 2024).

Isto não ocorre apenas no Mato Grosso do Sul, a ruptura da sociedade comunal a fim de acomodar os desejos do capitalismo, através da violência e opressão, ‘é um processo global de reestruturação da economia do mundo capitalista.’ (Mies, 1999, p. 144).

Se formos para além dessa retórica e olharmos para a realidade, no entanto, vamos perceber que as instituições globais que representam o sistema mundial do mercado capitalista usam mecanismos de violenta invasão, fragmentação, segregação e então hierarquização e centralização para ter acesso aos recursos que ainda são controlados e utilizados pelas comunidades locais de forma comunal. (Maria Mies, 199, p. 144)⁵

Grande parte dessas violências foram sentidas pelas mulheres. A colonialidade de gênero (Lugones, 2019) se impôs desestruturando o sistema comunal existente (Federici, 2022) para construção do sistema patriarcal e racista.

Quijano construiu a ideia de um *sistema moderno/colonial* (Segato, 2021), no qual modernidade e colonialidade funcionariam como eixos para impulsionar este capitalismo global, tendo como fator essencial a construção da categoria raça, com o objetivo de

4 Informação disponível em: [Parecer caracteriza ataques a indígenas ocorridos na região sul de MS como crimes contra a humanidade](#). Acesso em 29 Jan 2025.

5 Tradução da autora.

obtenção de recursos que atendam ao capitalismo e a dominação territorial pelos europeus, a partir da inferiorização dos outros: indígenas, negros, latinos. Por essa perspectiva, os estudos decoloniais afirmam que a modernidade e, por conseguinte, o progresso, tem um lado escuro que é permeado pelo racismo e a colonialidade.

Maria Lugones (2019), desenvolvendo a análise de Quijano, analisou o sistema moderno como colonial e de gênero, tendo em vista que as mulheres representam papéis específicos na estrutura capitalista, racista e patriarcal construída pela colonialidade do poder e do ser.

A colonialidade dos gêneros é percebida como exercícios concretos de poder intrinsecamente relacionados, alguns corpo-a-corpo, alguns jurídicos, alguns dentro de um cômodo onde fêmeas-bestiais-mulheres-não-civilizadas são forçadas a tecer dia e noite, outros no confessionário. (Lugones, 2019, p. 371)

As práticas do sistema moderno/colonial afetam as mulheres desde a ruptura da sociedade comunal. Um dos meios de violência está adstrito ao desmonte da vida comunal, estabelecendo a divisão sexual do trabalho baseada no patriarcado de alta intensidade (Segato, 2012). As mudanças ocorridas com as violações de territórios dificultaram às mulheres o acesso aos alimentos, às relações de interdependência com a natureza e a importância do seu papel na comunidade.

A despolitização do espaço doméstico o converte em vulnerável e frágil, e são inumeráveis os testemunhos dos novos modos e graus de crueldade na vitimização que surgem quando desaparece o amparo do olhar da comunidade sobre o mundo familiar. Desmorona-se a autoridade, o valor e o prestígio das mulheres e ao decair sua esfera própria de ação. (Segato, 2012, p. 127)

A desconexão com suas referências, quais sejam, sua relação com a natureza, com a família e com a espiritualidade, faz com que o modo de vida dos povos das nações colonizadas seja substituído pelo 'progresso' e 'desenvolvimento', pelas fábricas, indústrias, latifúndios de monocultura e pecuária em larga escala.

Entretanto, vale salientar que não houve a destruição total de suas relações com o ambiente, com suas cosmovisões e formas de viver, posto que nunca foram vítimas inertes, pelo contrário, até os dias atuais há uma forte resistência de mulheres contra a colonialidade disfarçada de progresso.

Como disse inicialmente, o conceito de progresso depende da posição de quem fala sobre ele, para as grandes empresas capitalistas extrativistas, o progresso é riqueza a despeito de toda a violência que produzem em seu nome. Para os povos originários, por exemplo, progresso é um mito que deve ser repensado para que seja possível evitar o fim do mundo dos humanos.

Nós estamos querendo proteger os territórios para que continue tendo peixe, caça, comida, saúde, que todo mundo possa viver com um pouco mais de confiança no dia a dia, sem as garantias falsas de progresso. Dessa bobeira

de progresso, de desenvolvimento. Progresso e desenvolvimento são dois mitos totalmente sem fundação nenhuma. São papos furados. O progresso e o desenvolvimento: dois papos furados. (Krenak, 2023)

ABRAÇAR E RESISTIR

Meu envolvimento com o Chipko e muitos outros movimentos ecológicos até então me convenceu de que as mulheres estão na vanguarda da defesa da terra. (Vandana Shiva, 2023)

Em 1973, um grupo de mulheres da região do Himalaia, na Índia, inspiradas nos métodos de protestos por não cooperação e não violência de Gandhi, decidiram abraçar as árvores da floresta para impedir sua derrubada para fins comerciais pelas grandes madeireiras autorizadas pelo Estado, de acordo com as práticas do capitalismo extrativista.

Estava plantada a semente do movimento *Chipko* que entendia a floresta como caminho para sobrevivência, já que ela impede inundações na época das chuvas, garante acesso a alimentos e água, pasto para os animais, além de outros elementos naturais essenciais à vida na região e em interdependência com a natureza. Quando os funcionários da madeireira chegaram e viram aquelas mulheres abraçadas às árvores, não conseguiram derrubá-las, era o poder do abraço como resistência não violenta à destruição das florestas.

O movimento *Chipko*⁶ se popularizou e expandiu seus protestos nacionalmente, alcançando vitórias em regiões diversas do país, como a ocorrida em 1980 que culminou com o decreto do Primeiro-Ministro Indira Gandhi suspendendo os cortes comerciais de árvores por quinze anos na região do Himalaia. (Shiva, 1986).

Um ponto de relevância é o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao território defendido, preservando não só a floresta, mas o modo de vida dos habitantes da montanha. “Hoje, as mulheres de Garhwal são as principais mantenedoras dessa cultura.”⁷ (Shiva, 1986, p. 137).

Por fim, ressalto que elas não se denominavam feministas, era um movimento organizado, composto majoritariamente por mulheres em defesa do território, com o objetivo de preservar cultura, organização social e subsistência, após sentirem os impactos ambientais causados pelo desmatamento. Neste caso, observa-se a conexão entre a vida dessas mulheres e a preservação da natureza.

⁶ *Chipko* significa abraçar em hindi. (Shiva, 1986)

⁷ Tradução da autora.



Imagens 1 e 2

(Fonte: Singh, Pamela, 2020: *Chipko Tree Huggers of the Himalayas*)⁸

Na América Latina, há também diversos exemplos de resistência de mulheres contra o capitalismo extrativista, como é o caso do Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil, o movimento feminista comunitário territorial da Guatemala, liderado por mulheres indígenas como Lorena Kab'nal, que destacam a relação simbiótica entre mulheres e território.

Todas elas estão relacionadas com a ação política de defesa territorial e do corpo, com a luta pelo direito à água, a defesa dos rios, bosques e montanhas, da autonomia alimentar, dos saberes ancestrais das avós parteiras, assim como contra as hidrelétricas, as mineradoras e a violência contra as mulheres, meninas e meninos. (Kab'nal, 2017, p. 101)⁹

Há o feminismo comunitário antipatriarcal na Bolívia, tendo como destaque Adriana Guzmán, que inspira e lidera mulheres indígenas na busca por autonomia dos corpos e territórios a fim de promover a despatriarcalização, viver em relação de subsistência com a natureza e proteger as mulheres das violências cometidas pelo sistema patriarcal.

Então estávamos construindo um feminismo que nos serviria, a partir destes nossos corpos, destes territórios de *Abya Yala*, um feminismo útil para as nossas lutas, um feminismo que propõe a comunidade como modo de vida para a humanidade, como parte da natureza, a comunidade com auto-

8 Exibição de fotos da autora na página virtual da galeria, disponível em: [Exhibitions — sepiayeEYE](#). Acesso em: 29 Jan 2025. Legenda: “Chipko Abraçadoras de Árvores do Himalaia” (tradução da autora)

9 Tradução livre da autora.

Destaco, ainda, as mulheres indígenas brasileiras, que todos os anos, desde 2019, organizam a Marcha das Mulheres Indígenas, com o objetivo de debater temas como justiça climática, proteção contra violências, protagonismo das mulheres em defesa de seus corpos e territórios. O tema da primeira marcha foi “Território: nosso corpo e nosso espírito”, anunciando a relação fundamental da proteção do corpo e do território. “Onde tem luta a gente vai, onde tem mulher clamando, a gente vai. Defender mulheres indígenas é defender a terra, é defender o planeta” (Xakriabá, 2023)¹¹

Os movimentos de mulheres demonstram a importância da resistência contra o capitalismo extrativista e o sistema patriarcal que são geradores de violências para mulheres e para a natureza, sem a qual não é possível a preservação da vida. Sonia Alvarez analisou os movimentos de mulheres em três fases do neoliberalismo, afirmando que “de fato, os movimentos de mulheres são, em parte, produtos do desenvolvimento e o desenvolvimento tem servido como alvo e terreno para o ativismo de mulheres.” (Alvarez, 2014, p. 58)

As violências contra as mulheres permaneceram por muito tempo invisibilizadas (Cavalcanti, 2018), mas estas - e outras - ações de grupos organizados de mulheres foram capazes de trazer à tona esta realidade, forçando Estado e sociedade a dialogar sobre novas formas de ser e conviver. Sejam através das marchas, dos abraços, das artes, a resistência coletiva de mulheres é um caminho ainda longo a ser percorrido, mas que já coleciona importantes conquistas.

Ecofeminismos X (Re)patriarcalização

As mulheres, cujos territórios e corpos estão sob ameaça de expropriações vinculadas a projetos petrolíferos, mineradores, agroindustriais ou urbanos, estão se unindo para se transformar em um rio de resistência transcontinental. (García-Torres et al, 2023)

Os movimentos de mulheres em defesa de corpos e territórios, como visto, intensificaram-se a partir das décadas de 70 e 80, situadas como a primeira fase do neoliberalismo (Alvarez, 2014).

O Neoliberalismo da Fase I tinha apenas um uso instrumental para movimentos feministas e de mulheres ou de outros setores da sociedade civil que, por sua vez, acabaram intensificando a oposição ao autoritarismo e ao crescimento liderado pelo mercado. (Alvarez, 2014, p. 58)

Assim, iniciou-se o que se tem denominado de (re)patriarcalização (Garcia-Torres *et al*, 2023), conceito analisado a partir de cinco eixos: político, econômico, cultural, ecológico e corporal. As duas últimas dimensões podem ser desenvolvidas em conexão com a

¹⁰ Tradução livre da autora.

¹¹ Disponível em [3ª Marcha das Mulheres Indígenas conquista avanços na garantia dos direitos de mulheres e meninas indígenas no Brasil](#). Acesso em 20 Jan 2025.

análise das teorias ecofeministas e a resistência das mulheres às violências perpetradas pelo capitalismo extrativista.

A dimensão ecológica relaciona o colonialismo, capitalismo e extrativismo com o rompimento dos ciclos reprodutivos da vida, visto que destroem o ecossistema em que se implantam, causando impactos ambientais que impedem a renovação das espécies até então existentes nos territórios.

A dimensão corporal trata do impacto que as mulheres sentem diretamente. Destaco três impactos notórios (Garcia-Torres *et al*, 2023): 1. Sobrecarga em relação à divisão dos trabalhos da comunidade. As empresas estabelecem-se nos territórios e cooptam os homens da região para se tornarem seus trabalhadores, com isso, aumenta a carga das mulheres nas atividades de subsistência, como a agricultura e a criação de animais. 2. O impacto ambiental gera doenças e insegurança alimentar. As doenças aumentam e são as mulheres as encarregadas, também, pelos trabalhos de cuidado para além dos filhos. A transformação no ambiente prejudica o acesso à água e alimentos, o que torna a função do cuidado ainda mais extenuante. 3. Masculinização do espaço. Com a entrada das empresas nos territórios comunais, a estrutura social é alterada, homens ‘de fora’ circulam pelas comunidades e as mulheres ficam mais suscetíveis à violência que estrutura o patriarcado colonial-moderno de alta intensidade (Segato, 2021).

Para além disso, o território transforma-se em área de conflito, como no caso das invasões ao território indígena Guarani Kaiowá já mencionado. E neste contexto, as violências contra as mulheres são intensificadas, visto que elas são usadas como instrumento para ruptura e dominação das comunidades no processo de (re)patriarcalização.

Essas conexões entre as violências praticadas contra as mulheres e as cometidas contra a natureza são analisadas pelos Ecofeminismos, termo que foi usado pela primeira vez em 1973, por Françoise D’eaubonne, escritora, ativista dos direitos trabalhistas, feminista e ambientalista francesa, em seu livro intitulado *Le Féminisme ou la Mor*¹², no entanto, ecofeministas reconhecem que houve uma construção simultânea entre teoria e prática, tendo em vista a importância dos movimentos de mulheres contra os impactos ambientais e as violências decorrentes destes. (Rosendo e Kuhnen, 2021).

Greta Gaard e Lori Gruen (1993) explicam que o movimento ecofeminista responde a quatro questões principais: quais os problemas que pretende enfrentar, como esses problemas surgiram, qual sua relação com o feminismo, e por que os ecofeminismos podem apresentar os melhores cenários para analisá-los.

Nas sociedades dos comuns (Federici, 2022) a partir das atividades de subsistência, não há escassez pois não há desperdício. Parafraseando Nêgo Bispo (2023), o que é orgânico volta para terra, é reutilizado, serve de alimento para humanos, animais e plantas, não se tem a noção de ‘lixo’ nos moldes construídos pela modernidade.

12 “O Feminismo ou a Morte” (tradução da autora)

Quando há a ruptura do regime de subsistência (Mies, 1999), é criada a escassez artificial, isto porque quando poluem os rios, desmatam a floresta, e implantam monoculturas de exploração, destroem a diversidade e o adequado equilíbrio entre humanos e natureza.

Gaard e Gruen apresentam como um de seus exemplos o que ocorre no Território Yanomami nos estados brasileiros de Roraima e do Amazonas, seu artigo foi publicado em 1993, mas destaco que continua a ocorrer no presente, em 2025. Mineradoras continuam invadindo o território e causando desastres ambientais, culturais, sociais e econômicos. Por terem seus rios poluídos e suas matas devastadas para extração do minério, o povo Yanomami sofre com doenças e com a fome.

E por que isso seria uma questão para o feminismo? Porque, segundo autoras ecofeministas como Gaard e Gruen (1993), Mies (1999) e Shiva (2024), embora a dominação da natureza atinja a todos de forma global, as mulheres e crianças são as que sofrem mais diretamente.

Elas estão preocupadas com a análise do contexto em que ocorrem as opressões contra as mulheres e a natureza, entendendo que o processo de dominação das mulheres seguiu o mesmo *modus operandi* do colonialismo, capitalismo e neoliberalismo, utilizado para dominar os chamados recursos naturais. Neste contexto, a forma de dominação das mulheres e da natureza é a mesma, a fim de garantir a subordinação e exploração.

Para as mulheres Yanomami, seguindo o último exemplo, acrescenta-se ao cenário uma série de violências que lhes são perpetradas pelos invasores, como a violência sexual e a imposição de funções que rompem com o sistema comunal estabelecido originariamente.

“A criminalização das mulheres tem características específicas, uma vez que o foco da violência se concentra em seus próprios corpos e na intimidação da maneira de ser mulher nas comunidades, de modo a colocar em dúvida sua atuação moral.” (Delmy Hernández, 2023, p. 54)

Vandana Shiva (2024) afirma que o modelo de valor econômico de mercado fez com que houvesse uma desestruturação da organização de trabalho das mulheres e sua produção doméstica. As mulheres, que detêm saberes e estrutura de trabalho específicos e em conexão com o meio em que vivem, perdem relevância em uma sociedade em que o valor do capital é o único que importa.

Assim, os ecofeminismos têm sido elaborados como correntes de pensamento que analisam, e criticam, a visão dualista de mundo em que a natureza e as mulheres são colocadas como inferiores, e a cultura e os homens são colocados como superiores, causando uma série de violências a partir do enraizamento do sistema de dominação patriarcal, capitalista e racista.

Salienta-se, ainda, que as mulheres não são analisadas a partir de um conceito universal, tendo em vista que os ecofeminismos reconhecem os diferentes níveis de impactos para a diversidade de mulheres. Neste ponto, entendo ser interessante sua

interrelação com os feminismos comunitários e decoloniais, para analisar os diferentes sistemas de dominação que estão presentes e atingem mulheres em contextos diversos.

Há, no entanto, críticas de outras correntes dos feminismos, uma delas é em relação ao risco do essencialismo de gêneros, sob a alegação de que os ecofeminismos defendem a noção de que natureza e mulheres são fontes geradoras de vida, e partem de um ponto de vista unicamente relativo à reprodução e manutenção da natureza-humanidade. No entanto, ecofeministas defendem que essa crítica parte de associações universais sobre o que é “ser mulher” desconsiderando sua análise sócio-histórica e cultural e suas intersecções. (Rosendo e Kuhnen, 2021).

Mas o ponto central dessa acusação emerge quando essas associações são reivindicadas como universais que definem o “ser mulher”, o que resulta no erro de também homogeneizar experiências diversas de mulheres e o modo como se entendem próximas - ou não - da natureza. (Rosendo e Kuhnen, 2021, p. 24)

É possível utilizar fundamentos dos ecofeminismos para analisar o impacto do sistema moderno-colonial baseado no capitalismo extrativista que, ao esgotar as fontes naturais, implica na (re)patriarcalização dos territórios causando violências e invisibilização do trabalho produtivo das mulheres comuns, podendo ser aplicado em conjunto com ideias dos feminismos decoloniais e comunitários.

Assim, os ecofeminismos contribuem com análises sobre a possibilidade de coexistência na diversidade, ou seja, como estabelecer uma relação de equilíbrio entre seres humanos e mais que humanos que permitam a sobrevivência de ambos em contextos de não violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O corpo-território torna-se uma conjunção indispensável para viver e compreender o lugar, para habitar segundo uma cosmogonia diferente.” (Delmy Hernández, 2023, p. 62-63)

A noção de progresso foi questionada, tendo em vista que seu significado varia a partir de diferentes perspectivas e realidades. Pelo ocidente é utilizado como termo positivo, remete às riquezas e ao estado civilizatório e superior às ditas sociedades comuns que vivem da subsistência e da relação equilibrada e respeitosa com o território.

A partir deste discurso hegemônico de poder, é possível analisar a forma com que os Estados, utilizando-se, inclusive, de movimentos feministas denominados por Françoise Vèrges (2021) de feminismos civilizatórios, tratam direitos como privilégios e fomentam práticas predatórias do capitalismo extrativista, apoiando empresas transnacionais e mesmo estatais a invadir territórios ecologicamente preservados e suportados pelas sociedades comunais.

Em contraofensiva, movimentos de mulheres organizam-se para defender suas comunidades a partir da luta contra o capitalismo extrativista que, ao adentrar em seus territórios, trazem violências, doenças e escassez que atingem a possibilidade de sobrevivência das pessoas, das tradições e dos saberes ali exercidos em conexão com o ambiente.

Os movimentos organizados de mulheres comuns (Federici, 2022) aliados a teorias feministas como os ecofeminismos (Shiva, 2024; Mies, 1999; Rosendo e Kuhnen, 2021), são capazes, portanto, de demonstrar, na teoria e na prática, o quanto mulheres em sua diversidade são afetadas pelo sistema moderno-colonial (Segato, 2012; 2021) imposto desde as invasões ultramarinas até os tempos atuais através de práticas neoliberais que relacionam as intervenções estatais e de grandes empresas extrativistas à violações de direitos das mulheres em sua diversidade (Alvarez, 2014).

Tais obras <ecofeministas> permitem também refletir que, enquanto sociedade e corpo político, priorizamos um distanciamento da natureza, o que nos torna pouco conscientes do modo como nosso modo de vida impacta e destrói grupos humanos minoritários e a natureza. Nesse sentido, a questão central não seria tanto de apontar proximidades e associações entre mulheres e natureza, mas sim como nosso distanciamento dualista do mundo natural, físico e emocional, inviabiliza a proteção da vida, humana e não humana." (Rosendo e Kuhnen, 2021, p. 30)

Em que pese a existência de críticas aos ecofeminismos, se considerados em correlação com princípios da ecologia, e de outros feminismos como os denominados de comunitários e decoloniais, podem apresentar cenários possíveis para aprofundar análises a partir das conexões relacionais entre humanos e mais que humanos e como os sistemas de dominação operam de forma a invalidar saberes, formas de vida comunitárias e as condições de existências que serão impostas às futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia. Engajamentos Ambivalentes, Efeitos Paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/ou contra o desenvolvimento. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 1, 2014. p. 58-77. <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30021>. Acesso em: 30 jan. 2025.

BISPO, Antônio dos Santos. **A terra dá, a terra quer**. Imagens de Santídio Pereira. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

CAVALCANTI, Vanessa. Violências sobrepostas: contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, Isabel (org.). **Violência doméstica e de gênero: uma abordagem multidisciplinar**. Lisboa: Pactor. 2018, p. 97-121.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022.

GARCÍA-TORRES, Miriam et al. Extrativismo e (re)patriarcalização dos territórios. n: HERNÁNDEZ, Telma e JIMÉNEZ, Manuel (org.). **Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas**. São Paulo: Elefante, 2023. p. 31-48.

GUZMÁN, Adriana. **Descolonizar la memoria, descolonizar los feminismos**. Bolívia: Tarpuna Muya. 2019.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Mulheres, corpos e territórios: entre a defesa e a despossessão. In: HERNÁNDEZ, Telma e JIMÉNEZ, Manuel (org.). **Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas**. São Paulo: Elefante, 2023. pp. 51-65.

KAB'NAL, Lorena. Tzk'at. *Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario desde Iximulew-Guatemala*. **Ecología Política**, n. 54, 2017, pp. 98-102. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8552862/mod_resource/content/1/054_Cabnal_2017%281%29.pdf. Acesso em 30 Jan 2025.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. In: Org. Buarque de Hollanda, Heloísa. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. pp. 357-377.

MIES, Maria; BENNHOLDT-THOMSEN, Veronica. **The Subsistence Perspective, Beyond the Globalised Economy**. Londres: Zed Books, 1999.

ROSENDO, Daniela e KUHNEN, Tânia. Ecofeminismos. In: **Blogs de Ciência da Universidade Federal de Campinas: Mulheres na Filosofia**. v. 7, n. 2, 2021, p. 16-40. <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ecofeminismos/>. Acesso em: 30 Jan 2025.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Tradução: Jatobá, Danielli e Gontijo, Danú. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

_____. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial. In: **e-cadernos CES**, Coimbra, 18, 2012. <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em 20 Jan 2025.

SHIVA, Vandana. **Terra viva: minha vida em uma biodiversidade de movimentos**. Tradução de Marina Kater. São Paulo: Boitempo, 2024.

SHIVA, V., & BANDYOPADHYAY, J. *The Evolution, Structure, and Impact of the Chipko Movement*. In: **Mountain Research and Development**, 6(2), 133–142. 1986. <https://doi.org/10.2307/3673267>. Acesso em: 25 Jan 2025.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. Tradução de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2021.